

A Emenda nº 10 altera a redação dos artigos 1º e 2º de modo a impedir a extinção da Fundap, autorizando o Poder Executivo a promover a transformação, reestruturação ou fusão da mesma, transferindo as atribuições, obrigações, bens e os recursos financeiros à entidade resultante do ato de que trata.

A Emenda nº 11, assim como as emendas de números 3, 6, 7, 8 e 9, determina que a totalidade do pessoal técnico e administrativo, da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, que esteja em exercício na data da publicação desta lei, tenha mantido o regime jurídico a que estão sujeitos, garantidos seus direitos e vantagens já adquiridos. Transfere-os para um Quadro Especial em Extinção da Secretaria de Planejamento e Gestão, mediante publicação nominal dos mesmos pelo Secretário da Pasta, sendo os mesmos extintos na sua vacância.

As Emendas de nºs 12 e nº 13, através da inserção de parágrafo único ao artigo 2º, assim como as emendas anteriormente citadas, tratam de garantir que a totalidade dos ocupantes dos empregos públicos do Quadro de Pessoal Permanente da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, terá mantido seu regime jurídico, assim como serão preservados os direitos adquiridos.

Inobstante as nobres intenções que conduziram os proponentes das emendas acima relatadas, sob os aspectos que nos cabe analisar, quais sejam - legalidade, constitucionalidade e juridicidade, é forçoso reconhecer que, assim como o substitutivo apresentado, as emendas sob análise padecem de insanável vício de constitucionalidade por colidirem de maneira frontal com o disposto nos itens 1, 2 e 4 do § 2º do artigo 24, combinado com o artigo 47 da Carta Paulista, que regem ser da competência privativa do Senhor Governador a iniciativa de leis que versem sobre criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração; criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 47, XIX; servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Segundo a Carta da República, incumbe ao chefe do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo que envolva órgão da administração pública, alínea e do § 1º do art. 61 da CF.

É pacífico o entendimento do STF de que “A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da observância compulsória pelos Estados-membros, das regras básicas do processo legislativo federal, como pro exemplo, daquelas que dizem respeito à iniciativa reservada (CF, art.61, § 1º) e com os limites do poder de emenda parlamentar (art.63). Precedentes inúmeros”(STF, ADI 1.060, rel. Min. Carlos Velloso, j. 1.8.1994, RDA 199/173).” In Comentário Contextual à Constituição, José Afonso da Silva, pg. 456, 8ª edição, 2012.Malheiros Editores.

Como exemplo concreto temos a Lei nº 10.309, de 06 de maio de 1.999, resultante do Projeto de lei nº 476, de 1997, de iniciativa do então Deputado Wagner Lino, e que cuidava de procedimento de autorização de uso de bem público foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI—2239/SP, ocasião em que decidiu o Supremo Tribunal Federal, por votação unânime, referendar o parecer do Relator que assim concluiu:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2239/SP – MEDIDA CAUTELAR, RELATOR O EXMO. SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 10309/99, DO ESTADO DE SÃO PAULO, ORIUNDA DE PROJETO DE MEMBRO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, QUE DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. ART. 61, II, E, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Plausibilidade da alegação da ofensa ao dispositivo constitucional em referência, corolário do princípio da separação de Poderes, de observância imperiosa pelos Estados Membros, conforme entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal. Medida cautelar deferida para suspensão provisória da eficácia do diploma normativo sob enfoque” (DJ de 15.12.2000).’

No mesmo sentido a Suprema Corte, decidiu na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 2800, Relatora Ministra Carmen Lúcia, julgada em 17/03/2011 que: “Por considerar usurpada a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para iniciar projeto de leis que disponham sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública (CF, arts. 61, § 1º, II e 84, II e IV) o Plenário, em conclusão, julgou precedente o pedido formulado em ação direta ajuizada pelo Governador do Estado de Rio Grande do Sul para declarar a inconstitucionalidade da Lei gaúcha nº 11.591/01.”

Posto isso, e com base em tudo aquilo que aqui foi expen-dido, somos pela aprovação do Projeto de lei nº 39, de 2015, e pela rejeição do Substitutivo nº 1 e das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 a ele apresentados.

a) Marcos Zerbini – Relator Especial

DESPACHOS

DESPACHO
RETIFICAÇÃO
Onde se lê “606/2011”, leia-se “606/2012”.
(Publicado no D.A.L. de 11/04/2015).

Debates

7 DE ABRIL DE 2015 15ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: **ANALICE FERNANDES, ED THOMAS, JOÃO PAULO RILLO, FERNANDO CAPEZ e JOOJI HATO**
Secretário: **ABELARDO CAMARINHA**

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e abre a sessão. Dá conhecimento e saúda alunos da Emef Clemente Pastore, da Capital paulista, acompanhados dos professores Thomaz Augusto Queiroz de Carvalho, Andreia Lima Santos e Rosiléine Maria da Conceição, a convite do deputado Carlos Giannazi.

2 - CARLOS GIANNAZI

Saúda os alunos presentes nas galerias. Repudia projeto do prefeito Fernando Haddad, que pretende construir um conjunto habitacional no Parque dos Búfalos, na zona sul de São Paulo. Acrescenta que uma decisão judicial revogara decreto que transformaria o local de mananciais em parque ambiental. Mostra reportagem jornalística sobre o caso. Avalia o projeto como crime ambiental.

3 - ABELARDO CAMARINHA

Para comunicação, dá conhecimento e comenta matéria publicada no jornal “Folha de S. Paulo”, intitulada “A cada dia o seu bilhão”, que discorre sobre os juros abusivos pagos pelo governo federal a banqueiros brasileiros. Diz que, somente ano passado, foram gastos 344 bilhões, o que corresponde a cerca de 1 bilhão de reais ao dia.

4 - CORONEL TELHADA

Mostra matéria jornalística sobre o assassinato de menino no Rio de Janeiro. Chama a atenção para o destaque dado pela imprensa na morte do garoto, em detrimento à nota que divulga a morte de dois policiais. Crítica o comportamento do cantor Mano Brown, que apresentou resistência durante abordagem policial. Combate posicionamento do ex-senador Eduardo Suplicy, em defesa do rapper.

5 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Convoca para uma sessão solene a realizar-se no dia 4/5/2015, às 20 horas, para “comemorar o Dia do Contabilista”, por solicitação do deputado Itamar Borges.

6 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

Manifesta apoio ao discurso do deputado Coronel Telhada, sobre a detenção do cantor Mano Brown. Discorre sobre a tramitação do PL 4330/04, que trata de regras para a terceirização de trabalhadores. Avalia que a propositura vai acabar com coberturas hoje garantidas pela CLT. Lê manifesto de repúdio contra a aprovação da matéria, que está prestes a ser votada na Câmara dos Deputados.

7 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Convoca para uma sessão solene a realizar-se no dia 8/5/2015, às 10 horas, para “Homenagear os Heróis da Força Expedicionária Brasileira da Segunda Guerra Mundial”, a pedido do deputado Coronel Telhada.

8 - ABELARDO CAMARINHA

Cumprimento o município de Marília pelo aniversário. Retoma reflexão sobre o pagamento da dívida brasileira, na ordem de 1 bilhão de reais por dia, a grandes banqueiros. Lamenta que apenas 4% do orçamento sejam destinados à Educação. Tece críticas à gestão petista.

9 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Convoca para uma sessão solene a realizar-se no dia 8/5/2015, às 20 horas, com a finalidade de “Dar posse aos Conselheiros Eleitos para o Biênio 2015/2017 do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo - Crospp”, por determinação do Presidente Fernando Capez.

10 - EDSON GIRIBONI

Discorre sobre a guerra fiscal. Cita caso de indústria madeireira paulista, assediada por Minas Gerais para que se instalasse naquele Estado. Lembra o fechamento de empresas de São Paulo, que transferiram-se para o Paraná. Apela ao Congresso Nacional por providências no sentido de se combater as diferenças nas alíquotas de ICMS. Lamenta a morte do filho do governador Geraldo Alckmin, em recente acidente aéreo. Solidariza-se com a família enlutada.

11 - ORLANDO BOLÇONE

Manifesta pesar pelo falecimento de Thomaz Alckmin, filho do governador de São Paulo, em queda de helicóptero. Discorre sobre a criação de um Núcleo de Inovação Tecnológica para atuar, em especial, na área da Saúde, com a participação de três universidades. Tece comentários acerca do papel social do Estado de São Paulo para com o restante do país.

12 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Convoca para uma sessão solene a realizar-se no dia 11/5/2015, às 10 horas, para “Comemorar o Dia do Policial Militar Feminino”, por determinação do Presidente Fernando Capez.

13 - LUIZ CARLOS GONDIM

Lamenta a morte de Thomaz Alckmin. Manifesta apoio às famílias das vítimas envolvidas no acidente. Saúda os jornalistas, que comemoram seu dia hoje. Comenta problemas em hospital referência da região de Mogi das Cruzes, em decorrência do corte de 10% nos repasses públicos.

14 - CAIO FRANÇA

Solidariza-se com o governador Geraldo Alckmin em função da tragédia que acometera sua família. Tece comentários sobre o incêndio que ocorre na cidade de Santos. Fala sobre a criação de um comitê para solucionar a crise, encabeçada pelo Governo do Estado. Considera as dificuldades no enfrentamento do acidente, que tomara proporções gigantescas. Parabeniza o Corpo de Bombeiros pela atuação no combate às chamas. Destaca que este é o segundo maior incêndio da história portuária do mundo.

GRANDE EXPEDIENTE

15 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, menciona eventos ocorridos no litoral de São Paulo, com a presença de autoridades e da Polícia Militar. Ressalta que nos momentos de crise que percebemos a real importância da PM. Diz que apresentará projetos para melhorar a Saúde e a Segurança do Estado.

16 - CARLOS NEDER

Comenta que foi realizada a reinstalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do estado de São Paulo. Menciona que participaram mais de 100 trabalhadores de diversas entidades. Informa que o deputado Davi Zaia será o novo vice-coordenador desta Frente Parlamentar. Esclarece que em matéria, no site da Fundap, a mesma apoia a execução do Plano Plurianual. Cita o início, hoje, do Congresso dos Municípios Paulistas, na qual haverá mesas com autoridades, destacando o trabalho do Cepam. Ressalta que o Cepam atua no diálogo com prefeituras e lideranças locais, ajudando no planejamento e suprindo a ausência de técnicos nos municípios. Relata que foi aprovado o Regimento Interno da Frente Parlamentar, com o objetivo de intensificar a participação dos deputados participantes e das entidades colaboradoras. Comunica que foi feito convite ao ex-secretário de Planejamento e da Fazenda Frederico Mazzucchelli para debater a mudança da Administração Pública. Pede ajuda ao líder do Governo, Cauê Macris, para que representantes do governo estadual compareçam às audiências públicas. Lê faixas exibidas no plenário e pede para serem exibidas pela TV.

17 - ED THOMAS

Assume a Presidência.

18 - ABELARDO CAMARINHA

Lê manchete do jornal "O Estado de S. Paulo" sobre esquema que fraudou a Receita Federal em 19 bilhões de reais. Menciona reportagem de ontem, do jornal "Folha de S. Paulo" sobre o pagamento de um bilhão de reais por dia aos banqueiros. Ressalta que este dinheiro poderia ser usado nas escolas, hospitais, Segurança Pública, entre outros. Informa que o dinheiro da população é canalizado para 100 banqueiros. Discorre sobre a matéria. Diz querer discutir o assunto com os membros do PT, já que os integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram nomeados pelo ex-ministro Guido Mantega. Questiona o não afastamento dos envolvidos no caso e a falta de manifestação da presidente Dilma Rousseff.

19 - PRESIDENTE ED THOMAS

Parabeniza os jornalistas pelo seu dia.

20 - ORLANDO MORANDO

Para comunicação, parabeniza todos os jornalistas, principalmente os que trabalham nesta Casa. Diz serem pessoas essenciais para o bom cumprimento da democracia. Afirma que não há democracia sem jornalismo e jornalistas. Ressalta sua admiração pela profissão.

21 - ABELARDO CAMARINHA

Para comunicação, parabeniza os jornalistas pelo seu dia. Cita casos como o Petrolão, Receita Federal e Mensalão, constantemente denunciados pelos jornalistas.

22 - ABELARDO CAMARINHA

Solicita a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

23 - PRESIDENTE ED THOMAS

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h05min.

24 - JOÃO PAULO RILLO

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h31min.

25 - MARCIA LIA

Solicita a suspensão da sessão até as 17 horas, por acordo de lideranças.

26 - PRESIDENTE JOÃO PAULO RILLO

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h32min.

27 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h59min.

28 - CHICO SARDELLI

Solicita a suspensão da sessão por 15 minutos, por acordo de lideranças.

29 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h59min.

30 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h20min.

31 - RAUL MARCELO

Pelo art.82, comenta a comemoração do Dia Mundial da Saúde. Afirma que o SUS é importante vitória da reforma sanitarista. Lamenta o subfinanciamento do programa, em detrimento da proposta original. Lembra a epidemia de dengue que acomete o estado de São Paulo. Defende a aplicação de dez por cento do orçamento público na Saúde Pública.

32 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, reafirma convite para audiência pública, a ser realizada dia 08/04, às quinze horas, nesta Casa, em defesa da greve dos professores estaduais. Defende as reivindicações da categoria. Clama a seus pares que se mobilizem em prol do magistério. Manifesta-se favoravelmente à aprovação imediata do PLC 06/13.

ORDEM DO DIA

33 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Convoca sessão extraordinária, a ser realizada hoje, com início dez minutos após o término desta sessão. Coloca em votação e declara aprovado requerimento para criação de comissão de representação, com a finalidade de visitar o Parlamento de Israel, a convite da embaixada daquele país. Coloca em discussão requerimento de urgência ao PLC 32/12.

34 - JOÃO PAULO RILLO

Discute o requerimento de urgência ao PLC 32/12 (aparteado pelos deputados Coronel Camilo, Leci Brandão, Orlando Morando e Feliciano Filho).

35 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Lê e fala sobre a aplicação do art. 18 do Regimento Interno.

36 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, afirma que a Polícia Militar não compactua com abusos. Manifesta-se contrariamente ao discurso do Deputado João Paulo Rillo, no que tange ao cantor Mano Brown. Acrescenta que a instituição deve combater o crime.

37 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, demonstra perplexidade pela desativação do SOS Racismo. Pede providências da Mesa Diretora desta Casa, quanto às instalações que devem ser ocupadas pela entidade.

38 - CAMPOS MACHADO

Discute o requerimento de urgência ao PLC 32/12.

39 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Anuncia a presença, em Plenário, dos vereadores Cláudio Evangelista Da Silva, Luiz Eduardo Pereira Júnior e Pedro Caminhoto Neto, da cidade de Teodoro Sampaio, acompanhados do deputado Mauro Bragato; e do vice-presidente da Organização de Ensino Jurídico Damásio de Jesus, Marco Antônio de Araújo Júnior.

40 - PROFESSOR AURIEL

Discute o requerimento de urgência ao PLC 32/12 (aparteado pelos deputados Carlos Giannazi e Gileno Gomes).

41 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Anuncia a visita de José Luiz Alves Cassiano, acompanhado do deputado Barros Munhoz. Faz comentários sobre o PLC 32/12.

42 - DELEGADO OLIM

Para comunicação, declara-se favorável à aprovação da PEC 01/14.

43 - CAUÊ MACRIS

Solicitou a prorrogação da sessão por 30 minutos.

44 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de prorrogação da sessão por 30 minutos.

45 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

46 - ABELARDO CAMARINHA

Discute o requerimento de urgência ao PLC 32/12 (aparteado pelo deputado Carlão Pignatari).

47 - TEONILIO BARBA

Discute o requerimento de urgência ao PLC 32/12 (aparteado pelo deputado Abelardo Camarinha).

48 - CORONEL CAMILO

Discute o requerimento de urgência ao PLC 32/12 (aparteado pelos deputados Coronel Telhada e Teonilio Barba).

49 - CAUÊ MACRIS

Solicita a prorrogação da sessão por 30 minutos.

50 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência.

51 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de prorrogação da sessão por 30 minutos. Informa a presença, em Plenário, do secretário de Turismo Roberto De Lucena, e do prefeito de Ilhabela, Toninho Colucci, acompanhado do deputado Caio França.

52 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Discute o requerimento de urgência ao PLC 32/12 (aparteado pelos deputados Carlos Bezerra Jr. e Teonilio Barba).

53 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Anuncia a presença do prefeito de Paraibuna, Antônio Marcos de Barros.

54 - CARLOS GIANNAZI

Discute o requerimento de urgência ao PLC 32/12.

55 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de urgência ao PLC 32/12.

56 - CAMPOS MACHADO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

57 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 08/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, hoje, às 20 horas e 10 minutos. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Abelardo Camarinha para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - ABELARDO CAMARINHA - PSB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, antes de dar início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, esta Presidência gostaria de agradecer a presença dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Clemente Pastore, do bairro Jardim Nakamura, da cidade de São Paulo, que estão acompanhados pelos professores Thomaz Augusto Queiroz de Carvalho, Andreia Lima Santos e Rosileine Maria da Conceição.

Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputada, público presente nas galerias, telespectadores da TV Alesp, primeiramente quero saudar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Clemente Pastore e seus alunos e professores que estão hoje tendo uma aula de cidadania, conhecendo o funcionamento do Poder Legislativo. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa.

Logicamente falarei sobre a greve dos professores da rede estadual e também sobre nossa luta contra a aprovação do Projeto de lei nº 4330, que precariza ainda mais o trabalho no Brasil. Antes, porém, gostaria de rapidamente fazer uma explanação sobre a situação do Parque dos Búfalos.

O prefeito Haddad, em uma atitude insana, totalmente na contramão da defesa do meio ambiental, pretende construir 190 prédios em uma área de manancial, na beira da Represa Billings. Trata-se de um terreno equivalente ao do Parque do Ibirapuera. É a única área verde da região do Jardim Apurá, na Cidade Ademar, e será destruída pela especulação imobiliária.

Isso sob o comando do prefeito Haddad, que revogou o decreto que transformava essa área do Parque dos Búfalos em um parque municipal. Ele revogou o decreto e vai transformar uma área verde em uma verdadeira cidade para 14 mil pessoas. Haverá a destruição de uma área de manancial, de oito nascentes remanescentes da mata atlântica. Animais silvestres serão mortos, é um verdadeiro crime ambiental.

Já fomos ao Ministério Público, à Justiça e realizamos uma audiência pública contra esse crime. Eu peço o apoio de todos os deputados e deputadas para que possamos nos engajar nessa luta e deter essa obra em uma situação como essa, onde falta água em São Paulo. Estamos vivendo a maior crise hídrica da história do estado de São Paulo.

Enquanto levantamos a bandeira do desmatamento zero, do reflorestamento de todas as áreas de mananciais, a prefeitura de São Paulo vai na contramão e vai destruir a natureza com o apoio do governador Geraldo Alckmin e da Dilma Rousseff. Na verdade, são os três entes federativos financiando um empreendimento que vai destruir nascentes e mata atlântica na região.

Esse caso já é um verdadeiro escândalo público. Gostaria de mostrar essa matéria para os deputados e deputadas, para os presentes e para os telespectadores que estão nos assistindo, para que todos entendam a gravidade da situação e se engajem nessa luta.

- É feita a exibição do vídeo.

É um crime ambiental praticado pelo poder público. Quando estamos todos economizando água, defendendo desmatamento zero, defendendo o plantio imediato de todas as áreas de mananciais e das matas ciliares, a prefeitura de São Paulo, com apoio dos governos estadual e federal, entra na contramão da luta ambiental e pretende construir 190 prédios nessa área. É um absurdo. Coloquei a questão aqui porque, como envolve dinheiro do Governo do Estado, nós, deputados estaduais, temos que agir imediatamente e barrar essa obra. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.)

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente, quero registrar aqui um artigo do articulista Vinicius Mota, da “Folha de S. Paulo” de ontem, dia seis de abril, que diz assim: “a cada dia, o seu bilhão”. Quero me dirigir ao povo de São Paulo - seja da capital, seja do interior - e aos moradores do local que aparece no vídeo mostrado com muita razão pelo deputado que me antecedeu. O País, através do governo do PT - da Dilma, do Levy e do Guido Mantega -, está pagando, segundo o jornal, um bilhão de reais por dia de juros. A senhora que está assistindo a TV Alesp: o Brasil está pagando um bilhão por dia de pagamento da dívida interna. Quando o seu marido, seu filho, ou quando a senhora não acha emprego; quando a luz vem cara, as multas vêm caras e o preço dos alimentos sobre, tudo isso é para pagar o serviço da dívida.

O PT dizia o seguinte: “temos que auditar a dívida e prolongar seu pagamento”. Diz o articulista que, no ano passado, foram pagos 344 bilhões. Falta dinheiro para o metrô, para a escola, para o aluno, para o professor, para a Saúde. No Grande Expediente, vou me estender sobre essa matéria. Mas ontem foi um dia triste, pois chegamos ao número de um bilhão de reais por dia que o governo popular do PT está pagando aos banqueiros: ao Bradesco, ao Safra, ao Banco Pactual, ao Banco Mercantil, ao Votorantim. As famílias mais ricas do Brasil estão recebendo um bilhão por dia do suor, sangue e lágrimas de milhões de brasileiros que pagam seus impostos para terem estrada, saúde, tranquilidade e transporte coletivo. O dinheiro está indo pelo ralo dos grandes bancos do Brasil. É uma data triste.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado André do Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL